

Conferência *Mais eficiência. Mais sustentabilidade. Mais futuro*

Oportunidades no âmbito da Diretiva 28/2009/CE (Diretiva Renováveis)

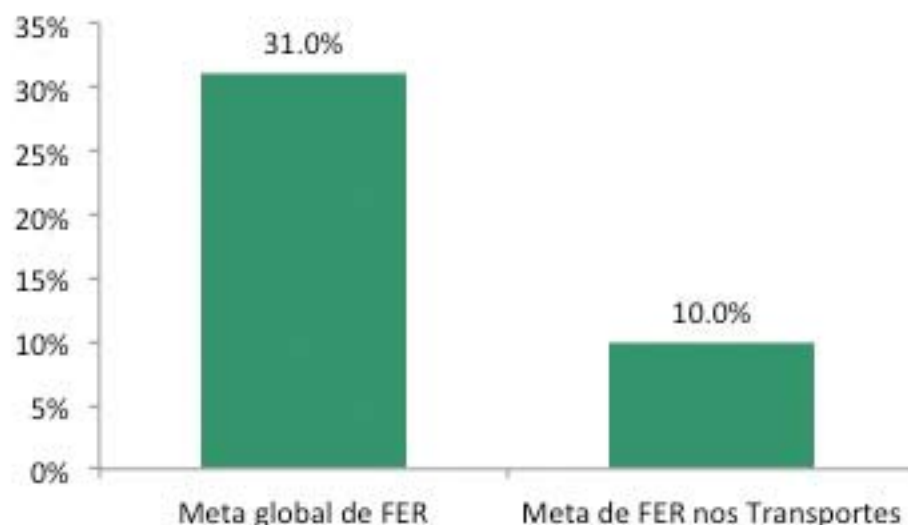
Lisboa, 29 de maio de 2013



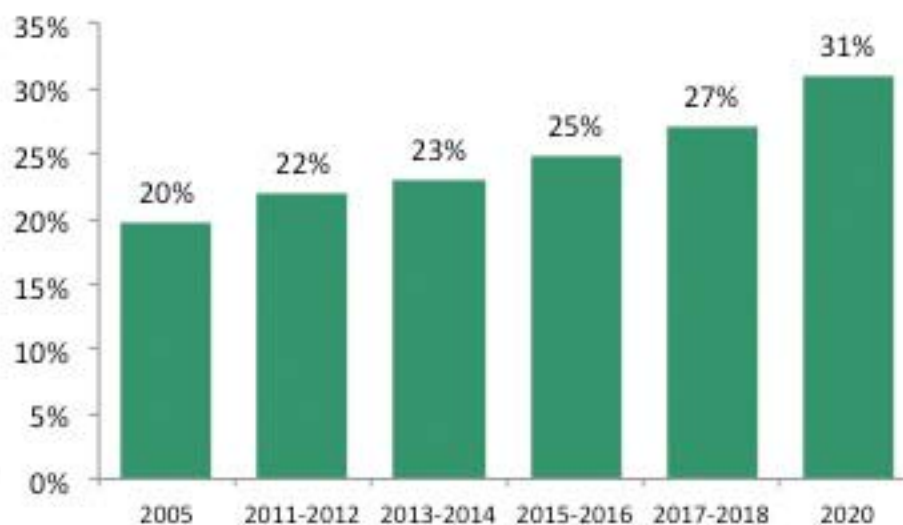
A Diretiva Renováveis prevê a obrigatoriedade dos países da UE submeterem um plano de promoção da utilização de energia de fontes renováveis

Este plano (PNAER) fixa objetivos nacionais para cada Estado-Membro relativos à quota de energia proveniente de fontes renováveis consumida nos sectores dos transportes, eletricidade e aquecimento e arrefecimento em 2020, bem como as respetivas trajetórias de penetração de acordo com o ritmo da implementação das medidas e ações previstas em cada um desses sectores, tendo em conta os efeitos de outras políticas relacionadas com a eficiência energética no consumo de energia. Este plano deve ser revisto de 2 em 2 anos.

Metas estabelecidas para Portugal



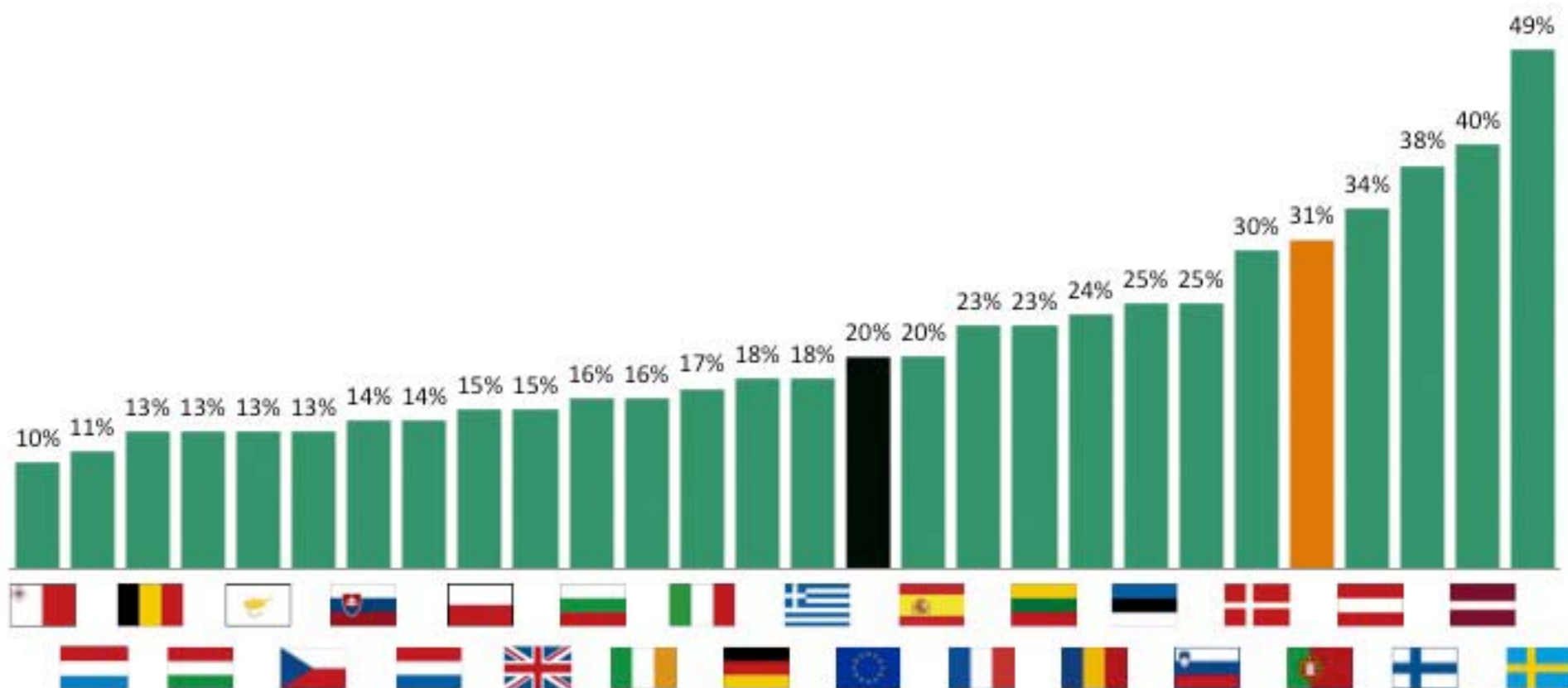
Trajetória mínima das FER⁽¹⁾ (%)



(1) Cálculo de acordo com metodologia especificada na Diretiva 28/2009/CE

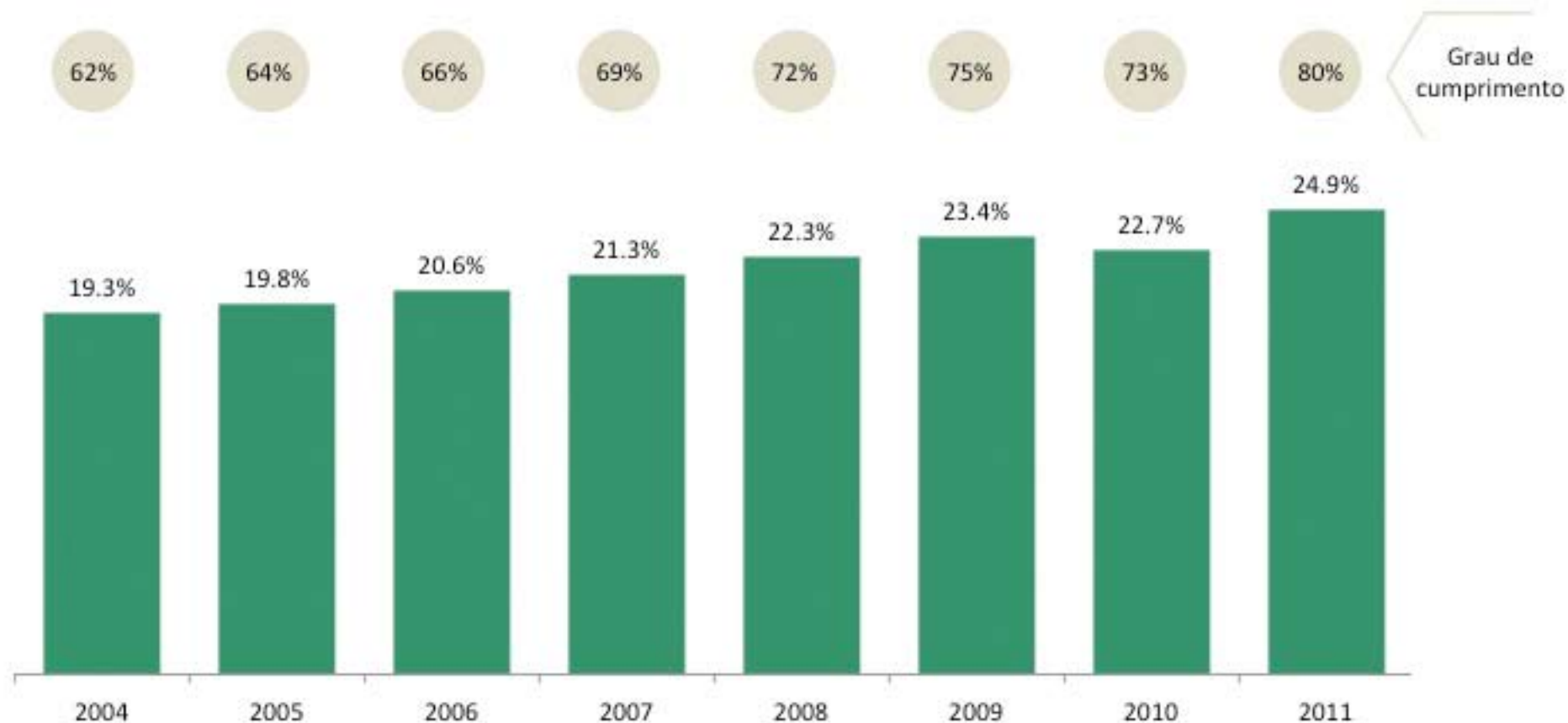
Portugal tem o 5º objetivo mais ambicioso no conjunto de países da UE-27, no que diz toca à meta global de incorporação de FER no consumo de energia

% de incorporação de renováveis no consumo final bruto de energia no conjunto dos países da UE-27 em 2020



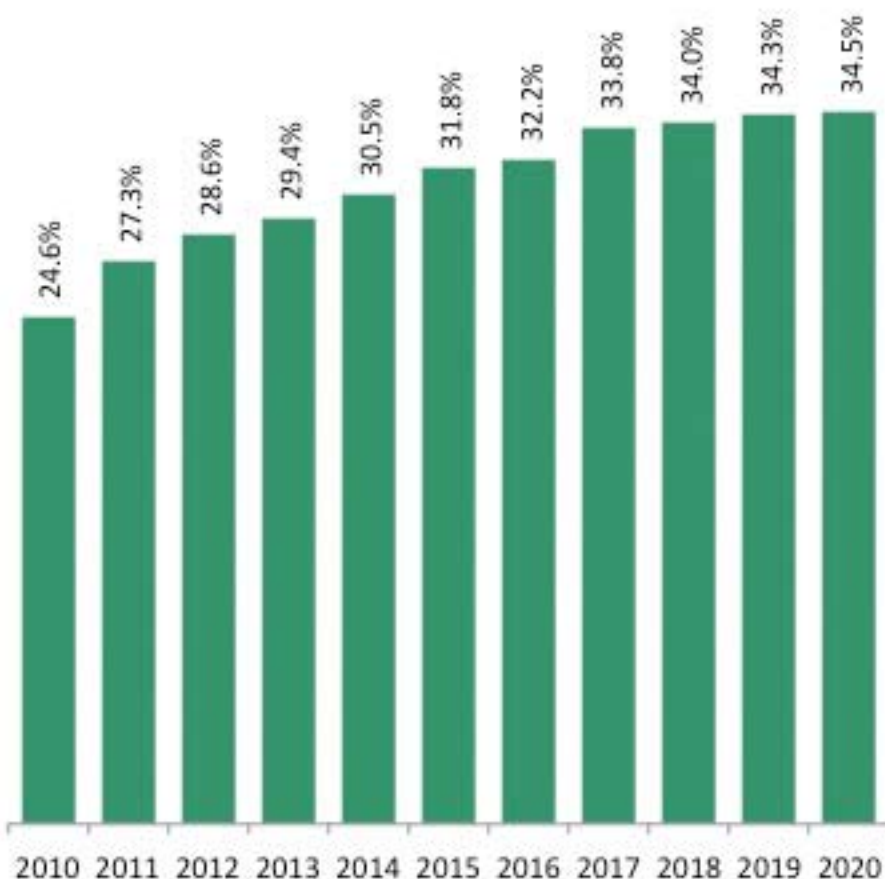
Em 2011, Portugal já tinha cumprido 80% do seu objetivo para 2020, em resultado de uma evolução favorável no consumo de fontes renováveis de energia

Evolução da meta global de FER no consumo final bruto de energia em Portugal¹



O novo PNAER mantém o nível de ambição e de exigência que Portugal sempre assumiu e assegura o cumprimento das metas no horizonte 2020

Evolução prevista da meta global de FER

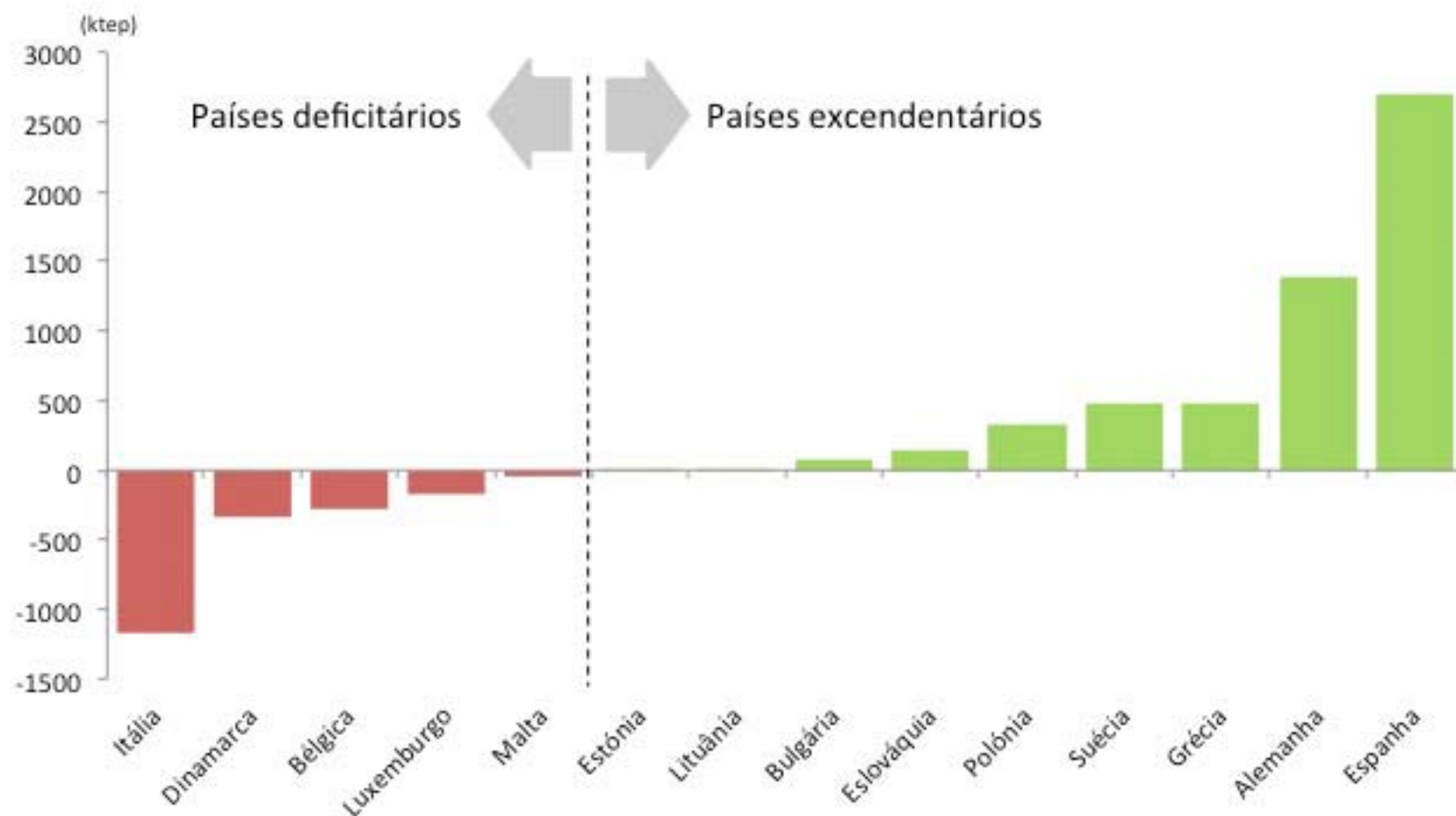


Evolução prevista das metas e trajetórias setoriais



Nos planos iniciais, 5 dos 27 Estados Membros da UE previam um défice de renováveis para cumprir a sua meta em 2020

Défice/Excedente de FER reportado pelos países da UE



A Diretiva Renováveis introduz mecanismos facultativos de cooperação entre Estados-Membros:

Transferências Estatísticas

- Um EM produz e consome no seu território energias renováveis que depois transfere para um outro EM, conforme protocolado entre os dois EM
 - A quantidade de energia transferida é deduzida da quota nacional e acrescentada à do outro EM
 - Pressupõe o desenvolvimento de projetos de produção de energia renovável que ficariam afetos ao outro EM.
 - Cria uma pressão sobre o sistema eletroprodutor nacional pela necessidade de consumo adicional de energia renovável num quadro de baixa procura

Projetos conjuntos entre EM

- Projetos a desenvolver por 2 ou mais EM em território de um ou mais EM
- A produção renovável é contabilizada para a quota de ambos ou de um dos EM conforme o que for acordado entre os EM

Projetos desenvolvidos em países terceiros

- A eletricidade tem de ser consumida na UE
- A instalação produtora de eletricidade tem de ter entrado em serviço após 25 de junho de 2009
- Não ter beneficiado de qualquer regime de apoio no país terceiro
- A eletricidade consumida no país terceiro apenas poderá ser contabilizada para efeitos de cumprimento das metas se:
 - A construção da interligação se iniciar até 31 de dezembro de 2016
 - A interligação não entrar em serviço antes de 31 de dezembro de 2020
 - A interligação entrar em serviço até 31 de dezembro de 2022

Transposição para o ordenamento jurídico nacional – os Decretos Leis 141/2010 e 39/2013

Transferências Estatísticas

- Governo pode acordar a transferência estatística para outro EM de energia produzida em Portugal ou a transferência estatística para Portugal da energia produzida noutro EM
- Estas medidas devem contribuir para a sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional (SEN)
- As eventuais receitas geradas devem reverter para o SEN

Projetos conjuntos entre EM

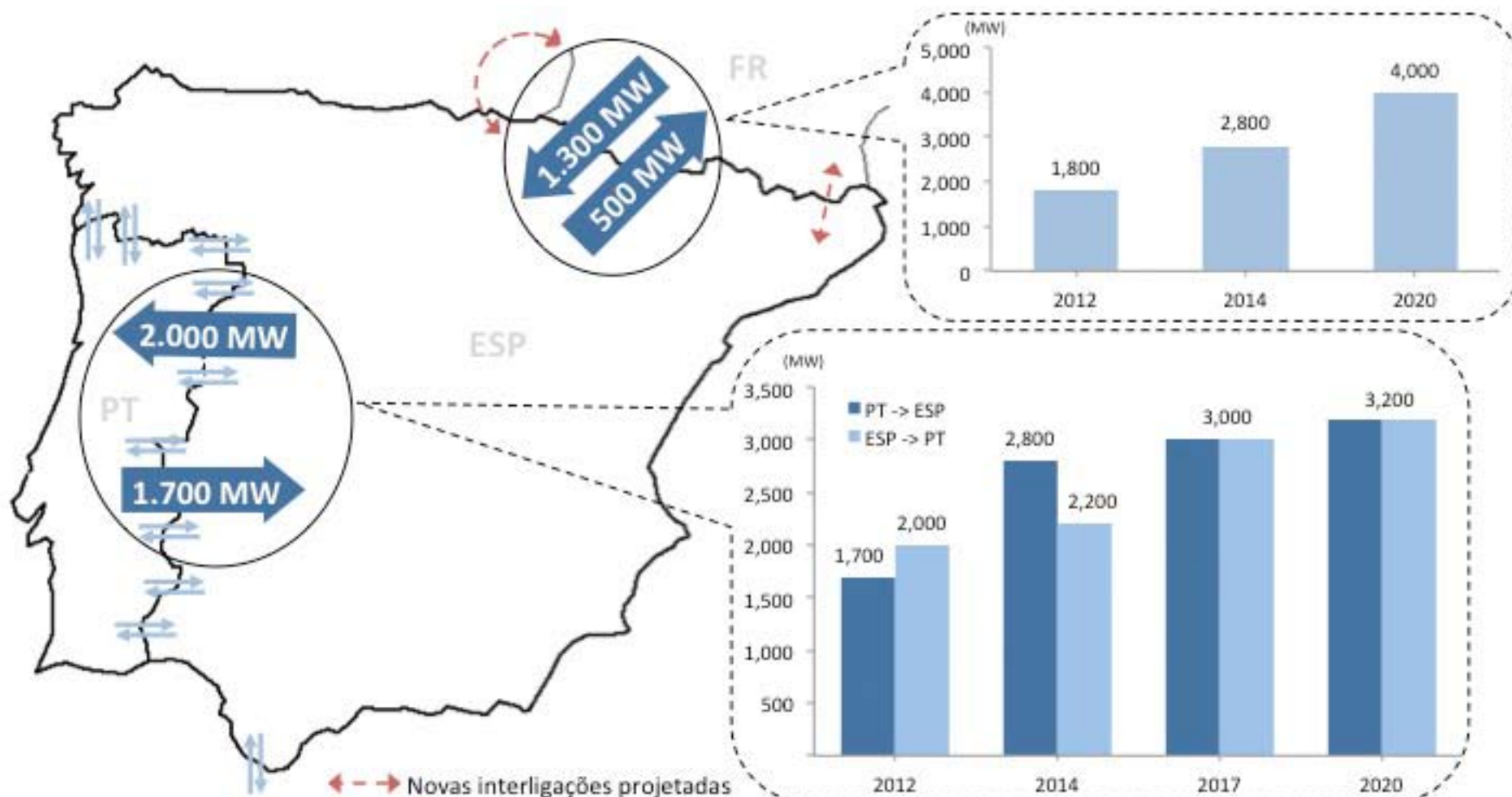
- Governo pode acordar com outro EM o desenvolvimento de projetos conjuntos, em território nacional ou território desses EM
- As receitas dos projetos conjuntos revertem para os promotores, exceto se tiverem beneficiado de um regime de apoio nacional, caso em que revertem para o SEN
- O desenvolvimento de projetos conjuntos pode ser promovido por operadores privados
- Neste caso, os operadores privados devem requerer à DGEG a apreciação prévia quanto à viabilidade de a energia produzida ser contabilizada para as metas nacionais de outro EM

Projetos desenvolvidos em países terceiros

- Governo pode acordar o desenvolvimento de um projeto conjunto com países terceiros à União Europeia
- Energia produzida é contabilizada para a meta nacional

O reforço das interligações entre Portugal e Espanha é condição necessária para o aumento das transferências físicas de eletricidade FER para o mercado europeu

Caracterização das interligações



Obrigado pela vossa atenção

Luís Duarte Silva – luis.silva@dgeg.pt